

CE debaterá direitos de transmissão do futebol 6

Paulo H. Camalho/Senado Federal



ONU adverte: comida mais cara deve aumentar fome no mundo 7

Milton Rondó Filho (E), Ulisses Riedel, senador Paulo Paim, Selvino Heck e Hélder Muteia na CDH

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.409 – Brasília, quarta-feira, 23 de março de 2011



Fredy Vieira/PM/PA

Doação de água às vítimas da enchente em São Lourenço do Sul (RS): senadores cobraram ontem políticas mais eficazes para racionalizar o consumo



## Risco de falta d'água atinge mais da metade das cidades

No Dia Mundial da Água (22 de março), senadores lembraram a importância de preservar os mananciais e cobraram a adoção de

políticas públicas que combatam o desperdício. Metade dos municípios brasileiros corre risco de desabastecimento a curto prazo. 3

## Comissão visitará usinas nucleares de Angra dos Reis

Sugerido por Lindbergh Farias, grupo de senadores vai verificar medidas de segurança destinadas a prevenir possíveis acidentes

O Senado aprovou ontem a formação de uma comissão provisória que irá até o conjunto de usinas nucleares em Angra dos Reis (RJ), para avaliar os mecanismos de segurança implantados e sugerir medidas que possam aumentar a proteção

contra acidentes nucleares.

O assunto será debatido hoje, a partir das 9h, em uma audiência conjunta de três comissões permanentes (CI, CCT e CMA), com a presença do presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro, e cientistas. 3

## Presidente do BC diz que inflação vai se enquadrar no centro da meta

Para Alexandre Tombini, ouvido ontem na CAE, tendência é de queda da inflação a partir do segundo trimestre. 5

Alexandre Tombini fala à CAE sobre política monetária ao lado de Delcídio Amaral (D)



Gerardo Magela/Senado Federal

Jucá espera aprovação da MP dos Correios hoje 8

Professor critica mudanças em proposta da FGV para reforma 2

Jose Voreilly/Senado Federal



Francisco Dornelles dirige Comissão de Reforma Política: sistema eleitoral fica para semana que vem

## Comissão aprova fim de coligações proporcionais

Senadores que estudam a reforma política adiam, após longo debate, a votação mais polêmica, sobre sistemas eleitorais. 8

Especialista afirma que alterações feitas em relatório contrariam princípios adotados pela entidade para que "Senado funcione de forma eficaz"

# Professor da FGV critica mudança em texto da reforma administrativa

O PROFESSOR E coordenador de Elaboração de Projetos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcus Vinícius Rodrigues, disse ontem, durante audiência pública da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa da Casa, que as mudanças feitas na proposta da entidade pela subcomissão anterior "estão contra os princípios que adotamos" para que o Senado funcione de forma eficaz.

Segundo o especialista, entre os princípios adotados para a elaboração do relatório da FGV estão a delimitação de quais são os produtos e serviços produzidos pelo Senado; o controle dos agentes administrativos pelo poder político; a redução dos cargos de direção superior; o fortalecimento da área de controle interno e a responsabilização dos agentes encarregados pela realização de despesas.

– A Fundação Getúlio Vargas não participou da redação do Projeto de Resolução do Senado 96/09 – afirmou.

Para o primeiro-secretário, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), o relatório apresentado pela

FGV se adapta, de forma geral, a qualquer empresa.

Ele questionou o corte no número de servidores (efetivos, comissionados e terceirizados) sem ter estabelecido antes os objetivos, as metas e o que se pretende de cada setor da Casa.

– Como se faz uma proposta de redução quantitativa sem definir metas, choque de gestão e como queremos que esta Casa funcione? A partir do estabelecimento dos objetivos é que vamos definir quantidades – observou.

O relator da subcomissão, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), encaminhou dois requerimentos. O primeiro solicita uma listagem detalhada de funcionários, cargos, tipo de ocupação e unidades.

Lucena esclareceu que o Programa de Gestão de Resultados está na fase de levantamento desses dados e não poderia atender ao requerimento. Ferraço então solicitou que sejam convidados os profissionais que trabalharam na elaboração do PRS 96/09.

## Seminário debate produção de leis sobre direito à saúde

Com o lançamento do documento *Observatório da saúde no Legislativo*, foi aberto ontem, pela Consultoria Legislativa do Senado, o seminário *Direito Sanitário – o direito à saúde na produção legislativa*. O evento, que se realiza no Interlegis, conta com a participação de representantes do Ministério da Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Na abertura do seminário, o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, enfatizou a importância do debate sobre o direito sanitário para a melhoria do quadro da saúde no país.

– O direito sanitário, tanto pelo lado formal, quanto pelo lado de sua expressão pelas

práticas sociais e materiais, está fundamentalmente inserido na capacidade de a sociedade se organizar e se manifestar, além de possuir no Poder Legislativo a expressão de suas aspirações relativas ao tema – afirmou.

Segundo o diretor-geral adjunto do Senado, Walter Ribeiro Valente Júnior, o seminário possibilita um debate de natureza técnica aos consultores, estudantes e profissionais da área.

– O Centro de Altos Estudos do Senado estabelece um debate técnico com autoria própria e independente, voltado para a sociedade, que é a maior interessada no estudo de ações preventivas para a saúde pública do país – disse.



Lia de Paula/Senado Federal

Na Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa da Casa, Marcus Vinícius, Eduardo Suplicy e Ricardo Ferraço

## Senado aumenta sua presença em feiras literárias

A participação do Senado em diversos eventos literários deste ano – como a 15ª Bial Internacional do Livro do Rio de Janeiro, de 1º a 11 de setembro – foi aprovada por meio de portaria do 1º secretário, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), publicada ontem no boletim administrativo da Casa.

O Senado também deverá participar da 57ª Feira do Livro de Porto Alegre; da 15ª Feira Pan-Amazônica do Livro, em Belém; da 30ª Feira do Livro de Brasília; e da 26ª Feira do Livro de Florianópolis.

### Bienais do livro

Pela primeira vez, a instituição estará presente na Feira do Livro do Acre, em Rio Branco. O Senado também mostrará sua produção literária na 8ª Bial Internacional do Livro de Pernambuco e na 10ª Bial do Livro de Salvador.

Em cada cidade que visita para participar das feiras, o Senado distribui obras do seu catálogo de publicações em braile para entidades que prestam apoio a pessoas com deficiência visual.



José Varella/Senado Federal

Foi lançada ontem, em Brasília, a biografia do presidente do Senado, José Sarney. Escrito pela jornalista Regina Echeverria, o livro relata a trajetória do jornalista, escritor e político que assumiu seu primeiro mandato em 1955 e chegou à Presidência da República em 1985. A biografia, publicada pela Editora Leya, é resultado de cinco anos de pesquisa. Sarney e sua esposa, dona Marly, participaram do lançamento. O vice-presidente da República, Michel Temer, senadores, deputados e ministros de tribunais superiores também estiveram presentes.

## Sarney prevê uma economia maior do que a anunciada

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a contenção de gastos na Casa já está em curso e prevê uma redução nas despesas maior do que o valor anunciado (R\$ 8,4 milhões) no relatório das contas públicas de 2011, enviado anteontem pelo Ministério do Planejamento ao Congresso Nacional.

– Nas medidas tomadas de economia, nós já tínhamos bem mais do que isso – disse Sarney, citando como exemplo a suspensão da construção de túneis que ligariam o prédio principal do Senado à gráfica e ao depósito.

O relatório é usado para orientar os Poderes no cumprimento da meta de superávit primário fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

## Adiamento

Por razões técnicas, os textos produzidos pela Agência Senado referentes aos pronunciamentos realizados em

Plenário após as 19h40 de ontem serão publicados apenas na edição do **Jornal do Senado** desta quinta-feira.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário Serviços e franquias dos Correios

14h A sessão deliberativa tem a pauta trancada pela medida provisória (PLV 5/11) que prorrogou até 30 de setembro de 2012 os contratos de franquias de serviços dos Correios.

## Presidência Sarney recebe geólogos e geofísicos

11h José Sarney recebe o diretor-geral da Sociedade Brasileira de Geofísica, Renato Lopes Silveira, e os presidentes da Sociedade Brasileira de Geologia, Herbet Conceição, e da Federação Brasileira de Geólogos, Nivaldo Bósis. Às 11h30, recebe Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e a diretoria da Fenaj. Às 15h, participa de reunião do PMDB. Às 16h, preside a ordem do dia. Às 19h, comparece à abertura da exposição *Mulheres, Artistas e Brasileiras*, no Palácio do Planalto.

## CMA/CI/CCT Segurança do programa nuclear

9h As comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Serviços de Infraestrutura; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática realizam audiência conjunta para discutir a segurança do programa nuclear brasileiro com o diretor-presidente da Eletrobras Termonuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, e Laercio Antonio Vinhas, da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Às 14h, os senadores ouvem os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro Luiz Pinguelli Rosa e Aquilino Senra Martinez.

## CAS Indicações para Anvisa e ANS

9h Proposta que estabelece limites máximos de sódio para produtos alimentícios é um dos itens da pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A comissão também analisa a indicação de Jaime César de Moura Oliveira para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Bruno Sobral de Carvalho para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

## CE Diretrizes do Ministério do Esporte

10h O ministro do Esporte, Orlando Silva, vai apresentar as diretrizes e os programas da pasta em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

## CCJ Julgamento de homicídios de jornalistas

10h Entre outros itens, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota projeto que garante prioridade no julgamento de crimes de homicídio praticados contra jornalistas em razão de sua profissão.

## CDR Infraestrutura portuária

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realiza audiência sobre melhoria da infraestrutura portuária. Entre os convidados, os diretores da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Ricardo Moesch, e de Revitalização e Modernização Portuária da Secretaria Especial de Portos, Antonio Maurício Netto; e a coordenadora do grupo de estudos técnicos de infraestrutura e operações da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos, Márcia Leite.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

Plenário aprova formação de grupo de senadores para avaliar situação do complexo nuclear e propor medidas efetivas para proteger a população

# Comissão visitará usinas nucleares em Angra

O PLENÁRIO APROVOU ontem a criação de uma comissão temporária externa para verificar a situação das usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2, pertencentes à Eletrobras Termonuclear. Na visita, deverão ser inspecionadas todas as instalações do complexo nuclear de Angra dos Reis (RJ). A comissão será composta por cinco titulares e cinco suplentes.

No requerimento aprovado (RQS 237/11), o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) lembra que o terremoto e o tsunami que abalaram o Japão mostraram "a fragilidade da segurança dos reatores da central nuclear daquele país". Ele se referiu aos problemas na usina nuclear de Fukushima, cujos impactos ainda não foram determinados.

Lindbergh argumenta que a imprevisibilidade da crise nuclear japonesa faz necessária a análise dos procedimentos e das atividades nucleares realizadas nas usinas de Angra 1 e Angra 2. Ele acrescenta que, além de fornecer ao Senado um relato sobre a situação das usinas, a comissão poderá "propor medidas efetivas para proteger o povo brasileiro".



Imagem de satélite mostra fumaça na usina nuclear de Fukushima: acidente no Japão motivou proposta de Lindbergh

## Cassol defende aproveitamento de operários após obra



Os tumultos ocorridos na usina de Jirau, no rio Madeira (RO), que resultaram na depredação do canteiro de obras da hidrelétrica e no incêndio de alojamentos,

foram apenas uma pequena amostra do que poderá ocorrer no futuro.

Ao fazer o alerta, o senador Ivo Cassol (PP-RO) defendeu ontem a adoção de providências para quando as obras acabarem e cerca de 150 mil trabalhadores ficarem sem emprego.

– Quando as usinas de Jirau e de Santo Antônio forem concluídas, ficarão sem emprego não apenas os trabalhadores diretos, mas os indiretos que desenvolvem atividades em farmácias, padarias ou outros estabelecimentos comerciais. A tendência é que a maioria dessas pessoas vá buscar sua sobrevivência na floresta, derrubando árvores. Temos que trabalhar agora em uma alternativa para o futuro – afirmou Ivo Cassol.



Lúcia Vânia questiona preparo do país para lidar com um eventual acidente

## Programa será debatido hoje em audiência

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) anunciou em Plenário que a questão da energia nuclear no Brasil será debatida hoje, a partir das 9h, em audiência pública conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI); de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

– Se o Japão, dotado de alta tecnologia e acostumado a

enfrentar grandes desastres naturais, está tendo dificuldades para contornar o problema da usina nuclear de Fukushima, eu me pergunto: será que estamos mesmo preparados para lidar com um eventual acidente nas usinas de Angra dos Reis?

Lúcia Vânia disse que foram convidados o presidente da Eletrobrás, Othon Luiz Pinheiro da Silva, e o professor Laercio Lavinhas, da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Ela acrescentou que, à tarde, haverá um desdobramento da audiência para novo debate com a presença dos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro Luiz Pinguelli Rosa e Aquilino Senra Martinez.

Segundo a senadora, a audiência será apenas o início de um debate sobre o assunto no Congresso. Ela lembrou que o Plano Nacional de Energia Nuclear prevê a construção de mais quatro usinas nucleares até 2030.

## DIA MUNDIAL DA ÁGUA

### Davim pede políticas de racionalização do uso do recurso



Ao comemorar o Dia Mundial da Água (22 de março), o senador Paulo Davim (PV-RN) pediu que as autoridades nos três níveis federativos adotem

políticas públicas de racionalização do uso da água. O pedido foi feito tendo em vista dados das Nações Unidas segundo os quais 2 bilhões de pessoas sofrerão com a escassez de água em 2050.

Davim disse que, enquanto a quantidade de água própria para o consumo disponível no mundo é de apenas 0,007%, o Brasil dispõe de 12% das reservas mundiais de água doce. No entanto, segundo ele, sua distribuição não é equânime, pois os recursos hídricos se concentram na Amazônia enquanto "milhares de nordestinos" sofrem com a seca.

– Desse modo, é preciso muita atenção sobre esse líquido raro, já que, diametralmente oposta à fartura das águas do planeta, está a oferta de água para consumo – alertou.

### Ferraço lembra que maioria das cidades pode sofrer escassez



O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu ontem a importância da adoção de uma política mais inteligente voltada ao uso da água. Segundo

ele, o homem é o único ser vivo que ameaça a própria sobrevivência, em razão da ausência de consciência na utilização dos recursos naturais no seu dia a dia.

– A escassez e a poluição da água comprometem, de forma gradativa e decisiva, a justiça social e o desenvolvimento econômico. Em longo prazo, colocam em xeque a continuidade da civilização humana no planeta – disse o senador, ao lembrar o Dia Mundial da Água.

Ferraço citou dados de estudo da Agência Nacional de Águas avaliando a oferta e o crescimento da demanda da utilização da água nos 5.565 municípios do país. Uma das conclusões é que 55% das cidades poderão ter problemas no abastecimento de água até 2015.

### Degradação do rio Parnaíba preocupa



Ciro Nogueira (PP-PI) lembrou ter apresentado requerimento ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, solicitando informações sobre

uma situação do rio Parnaíba, no Piauí. Após receber as respostas, o parlamentar pretende propor soluções para minimizar o impacto do desmatamento das margens e do lançamento de esgoto sobre o rio, que, em sua opinião, está "agonizante".

Segundo o senador, apesar da importância do rio para o estado, isso não impediu a sua preocupante degradação, com o crescente desmatamento e o avanço do assoreamento. Ele afirmou que são visíveis a diminuição do volume de água e o desaparecimento de animais.

Ciro Nogueira deseja que o ministério informe se existe estudo sobre a atual situação de navegabilidade do rio Parnaíba e, em caso positivo, quais seriam suas conclusões.

### Wellington Dias teme problemas de abastecimento



Mais da metade dos municípios brasileiros pode ter problemas de abastecimento de água até 2015, alertou Wellington Dias (PT-PI).

A informação consta de um atlas lançado pela Agência Nacional de Águas (ANA) ontem, no Dia Mundial da Água.

De acordo com a publicação, 55% dos 5.565 municípios do país podem sofrer desabastecimento nos próximos quatro anos, o que equivale a 73% da demanda de água no país.

O atlas projeta um crescimento demográfico de cerca de 45 milhões de habitantes entre 2005 e 2025. Isso, segundo o senador, implica um aumento da demanda de abastecimento urbano que exigirá aportes adicionais de 137 mil litros de água por segundo.

Wellington Dias informou que os maiores investimentos deverão ser feitos nas grandes regiões metropolitanas e no semiárido nordestino e defendeu a revitalização da bacia do rio Parnaíba.

### Marinor: Belo Monte destruirá patrimônio natural



A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) condenou ontem a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará. Em

sua avaliação, o valor estimado da obra (R\$ 30 bilhões) é muito menos importante do que o prejuízo ambiental que será produzido quando o lago da usina estiver cheio.

– O maior custo da obra será social e ambiental. Belo Monte será construída ao preço da destruição de um extraordinário monumento da biodiversidade, a Volta Grande do Xingu, um dos locais mais maravilhosos do país, com seus cem quilômetros de largas cachoeiras e fortes corredeiras, arquipélagos florestados, canais naturais rochosos, pedras gravadas milenarmente e outras riquezas arqueológicas, um extraordinário patrimônio natural do planeta – protestou.

Para senador, Congresso Nacional nunca conseguiu diminuir cobrança de impostos porque a população não sabe quanto paga de tributo, já que os valores são embutidos nos preços

## Luiz Henrique defende a redução da carga tributária

LUIZ HENRIQUE (PMDB-SC) defendeu, em discurso, a redução da carga tributária brasileira, que hoje é de aproximadamente 36% do produto interno bruto (PIB). Na opinião do senador, o Congresso Nacional nunca conseguiu reduzir de fato a cobrança de impostos porque a população não sabe quanto paga, já que os valores são embutidos nos preços.

– Por que não temos conseguido operar uma reforma que leve à redução da carga fiscal? Porque falta consenso para que a aprovemos. Não há consciência nacional da importância desse fato. Pesquisa recente mostra que 80% dos brasileiros não sabem que pagam imposto. As pessoas pensam que quem paga imposto são as empresas. As empresas repassam o imposto, mas quem paga o imposto é o cidadão – lembrou.

Luiz Henrique sugeriu a realização de campanhas publicitárias para despertar a consciência da sociedade sobre a importância da redução de impostos para



Luiz Henrique sugere campanha de esclarecimento sobre importância da redução

aquecer a economia. O senador citou estudo da Fundação Dom Cabral que demonstraria que, se fossem eliminados gargalos de infraestrutura, simplificada e reduzida a carga tributária e reduzidos os custos da mão de obra e do capital, a competitividade aumentaria.

O parlamentar afirmou que, apesar de estar entre as dez maiores economias do mundo,

o Brasil sofre um processo de desindustrialização relacionado à carga fiscal, à "ciclotimia" do câmbio e aos juros elevados.

Luiz Henrique disse que, na sua gestão no governo de Santa Catarina, conseguiu reduzir a carga tributária do estado, inclusive adotando alíquotas zero, e levou a arrecadação anual de R\$ 4,7 bilhões, em 2002, para R\$ 13 bilhões, em 2010.



Alvaro assinala que Copa e Olimpíadas exigem investimentos pesados do governo

## Alvaro Dias vê "grande calote" do governo nos restos a pagar

A questão dos chamados "restos a pagar" – despesas do governo empenhadas em um ano, mas que não são pagas até 31 de dezembro – vem sendo discutida desde o início do ano, segundo Alvaro Dias (PSDB-PR).

O valor das pendências sob essa rubrica, referente ao período de 2009 a 2010, chega a R\$ 128 bilhões, disse o senador. Ele observou que a situação exigiu cortes no Orçamento da União para a liberação de recursos suficientes para saldar débitos de anos anteriores.

– Fala-se que haverá um grande calote, que haverá um corte significativo de R\$ 34 bilhões mais R\$ 18 bilhões de restos a pagar que seriam simplesmente cancelados – afirmou.

Alvaro assinalou que a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 exigem investimentos pesados do governo federal e que, em apenas um estádio de futebol, será investido R\$ 1,3 bilhão. O senador afirmou que "gargalos na infraestrutura brasileira comprometem esses eventos esportivos e a plataforma de desenvolvimento sustentável da economia".

– Estradas esburacadas, portos e aeroportos saturados, malha ferroviária e hidroviária incapazes de ligar o território de ponta a ponta, sem falar de energia e serviços de telecomunicações, entre outros – disse.

### Aeroportos

De acordo com Alvaro, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) avalia que seriam necessários R\$ 42 bilhões para atender 265 obras importantes no setor de infraestrutura. Os investimentos previstos nos PAC 1 e 2 foram de R\$ 15 bilhões. Ele observou que, no mesmo dia em que a presidente Dilma Rousseff fez referência a investimentos de R\$ 33 bilhões em infraestrutura para a Copa de 2014, o presidente da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) demonstrou preocupação com o colapso dos aeroportos.

– De quase R\$ 5,6 bilhões colocados à disposição da Infraero, apenas R\$ 134 milhões foram efetivamente aplicados na melhoria ou ampliação dos aeroportos, 2,4% do investimento previsto – salientou.

## Gleisi confia em bom cenário para a economia

Gleisi Hoffmann (PT-PR) se disse otimista com as informações fornecidas ontem pelo presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na avaliação da senadora, Tombini apontou "ótimas perspectivas" de crescimento da economia brasileira no médio e no longo prazo.

– Há um cenário positivo, que deve levar ao aumento do emprego e da renda no país. A política monetária ajuda a reduzir o prêmio de risco, a distribuir renda e a reduzir a dívida pública, além de trazer ganhos para o setor privado, que tem mais acesso ao mercado de crédito, com um custo mais reduzido – disse a senadora, elencando os ganhos citados por Tombini.

Gleisi explicou que a política monetária calçada no tripé câmbio flutuante, regime de metas de inflação e uma trajetória consistente da taxa de juros seria a responsável pela consolidação da economia, com um cenário econômico promissor.

– Segundo o presidente do Banco Central, o setor de varejo é o que melhor expressa a situação da economia. Ele destacou ainda que o mercado de trabalho tem sinalizado a retomada da economia, o que se reflete na capacidade de compra do trabalhador – exemplificou.

## Jucá anuncia ações contra câncer de mama e de colo uterino

A presidente Dilma Rousseff e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, lançaram ontem, em Manaus, os programas de combate ao câncer de mama e do colo do útero. Ao dar a notícia em Plenário, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), informou que o governo federal investirá cerca de R\$ 4,5 bilhões, até 2014, em ações que permitam reduzir o número de óbitos causados por câncer de mama ou do colo do útero.

– A presidenta Dilma escolheu Manaus para fazer o lançamento dos programas porque é na região Norte onde há a maior incidência de câncer do colo do útero. Enquanto no restante do país a média de incidência do câncer do colo do útero é de 18 casos por 100 mil mulheres, no Norte esse número mais do que dobra: chega a 39,6 casos – comparou o senador.



Jucá revela que os dois programas terão R\$ 4,5 bilhões até 2014

Segundo divulgou o governo federal, o Programa Nacional de Controle do Câncer de Mama receberá, ainda em 2011, investimentos de R\$ 867,3 milhões. Parte dos recursos será aplicada para garantir a ampliação do acesso aos exames de diagnóstico a todas as mulheres. Já o Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo do Útero receberá até o final do ano R\$ 382,4 milhões.

## Rolleberg prega desenvolvimento sustentável

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) reafirmou ontem, em Plenário, seus compromissos de campanha de lutar pela redução das desigualdades sociais e regionais e pelo o que, segundo ele, será o grande desafio que a geração atual terá de enfrentar: o desenvolvimento sustentável.

O senador homenageou companheiros de partido que, de acordo com ele, contribuíram para seu amadurecimento político e pela sua escolha "por uma esquerda democrática, essencialmente humanista e visceralmente comprometida com a cidadania e com o ideal supremo de liberdade", entre eles, o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes.

– Com efeito, Arraes ensinou-me, na prática, que, em face de uma sociedade tão perversa e



Rolleberg promete lutar contra as desigualdades sociais e regionais

brutalmente desigual como a nossa, o verdadeiro sentido da política consiste em dar voz aos historicamente silenciados, em dar voz aos secularmente excluídos do processo de desenvolvimento nacional – assinalou.

Rolleberg ainda se comprometeu a se preocupar não apenas com temas da política interna, mas com os da política externa também, "afinal, está em jogo a plena inserção internacional de um país que caminha para ser uma das cinco maiores economias mundiais".

## Delcídio cobra ajuda federal para socorro a MS

Delcídio Amaral (PT-MS) manifestou ontem a preocupação da bancada do estado com relação às dificuldades enfrentadas pelo governo e a população em consequência das fortes chuvas que atingiram 18 municípios sul-mato-grossenses neste mês. Segundo o senador, o governo de Mato Grosso do Sul vai precisar de R\$ 110 milhões para recuperar a infraestrutura afetada e possibilitar o escoamento da safra.

O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, esteve na segunda-feira em Mato Grosso do Sul, informou o senador, comprometendo-se a liberar R\$ 5 milhões para o governo do estado, mas, segundo Delcídio, os recursos ainda não foram liberados.

Delcídio Amaral disse que as perdas agrícolas causadas pelas chuvas em Mato Grosso do Sul passarão de R\$ 1,5 bilhão. Alguns produtores, informou, chegaram a perder 70% da safra.

## Mário Couto pode recorrer ao CNJ contra juiz

Em agosto de 2008, o pescador Rodrigo Souza Freitas ficou paraplégico após ser vítima de diversas agressões e morreu dois anos depois. Familiares do prefeito de Salvaterra (PA), Juca Araújo, teriam sido os autores do ato de violência e, até o momento, nenhum dos envolvidos foi punido. Ao denunciar o episódio, Mário Couto (PSDB-PA) alertou ontem o juiz do caso, Paulo Ernesto de Souza, que recorrerá ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) se providências não forem tomadas.



Mário Couto diz que autores de crime brutal no Pará seguem impunes

## Copom é elogiado por “resistência ao mercado”

O “ato de resistência” do presidente do BC, Alexandre Tombini, a pressões por um aumento mais vigoroso da Selic, a taxa básica de juros, recebeu elogios de senadores. No início de março, o Comitê de Política Monetária (Copom), formado pela diretoria do BC, aumentou a Selic em 0,5 ponto, para 11,75% ao ano. A taxa chegou ao nível mais alto dos últimos dois anos, mas setores do mercado financeiro defendiam que uma elevação ainda mais forte – de 0,75 ponto, segundo Lindbergh Farias (PT-RJ) – seria necessária para conter a alta da inflação.

– O recurso à Selic virou uma coqueluche, sem se medir a influência que ela tem – afirmou Francisco Dornelles (PP-RJ) na audiência com Tombini na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O senador alegou que 34% do crédito concedido pelo sistema financeiro é formado por operações direcionadas, sem qualquer influência da Selic sobre a determinação das taxas. Desse modo, haveria pouca utilidade em aumentar a Selic para conter o crédito. Além disso, disse que os juros cobrados no crédito oferecido ao mercado estão na faixa de 30% para as pessoas físicas e jurídicas e não há estudos conclusivos sobre o impacto da Selic na formação desses juros.

Lindbergh considerou “alvissareira” a última ata do Copom. No comunicado, o comitê justificou que “medidas prudenciais” poderiam complementar o esforço para trazer a inflação ao centro da meta.

Já Aloysio Nunes (PSDB-SP) disse que a situação fiscal do país foi determinante para a alta da inflação e pediu que Tombini analisasse a situação do endividamento do governo. Para Aloysio, as despesas correntes aumentaram desde o início do primeiro governo Lula e foram ampliadas como meio de enfrentamento dos efeitos da crise mundial. “Passada a crise, a ganância continuou porque veio o ano eleitoral”, afirmou. Lindbergh defendeu o ex-presidente e sua equipe.

– Há alterações no quadro internacional que favorecem a inflação e problemas de câmbio, mas não venham falar em farra de gastos do governo Lula – disse.

### Câmbio

Nas questões debatidas na audiência, o câmbio esteve entre as mais frequentes. Há intensa preocupação entre os senadores com a excessiva valorização do real frente ao dólar, diante do que isso representa para queda de competitividade das empresas nacionais. Mas Tombini deixou sem respostas pedidos de comentários sobre medidas que podem tornar a política cambial mais favorável aos produtores brasileiros.



Gleisi Hoffmann, Francisco Dornelles, Romero Jucá e Cyro Miranda, na CAE



Alexandre Tombini, ao lado do presidente da CAE, Delcídio Amaral (D)

# Presidente do BC prevê desaceleração da inflação a partir do 2º trimestre

Ao falar na Comissão de Assuntos Econômicos sobre os fundamentos e a implementação da política monetária pelo Banco Central, Alexandre Tombini afirma que índice inflacionário do ano vai chegar ao centro da meta, que é de 4,5%

A PARTIR DO segundo trimestre, que começa em abril, a inflação mensal tende a se deslocar para níveis compatíveis com o centro da meta, que é 4,5% ao ano, contra os atuais 6,01% (o acumulado de 12 meses do Índice de Preços ao Consumidor fechado em fevereiro). A previsão foi feita ontem pelo presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, que falou na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre fundamentos e forma de execução da política monetária.

Tombini advertiu, no entanto, que a inflação acumulada em 12 meses tenderá a permanecer em patamares mais elevados até o terceiro trimestre deste ano. O primeiro motivo para essa tendência é um efeito estatístico: mesmo que os índices de junho a agosto de 2011 fiquem dentro do centro da meta (4,5% ao ano), vão substituir percentuais “atipicamente baixos” observados nesses mesmos meses do ano passado – quando a inflação ficou ao redor de zero.

Outro motivo, conforme o presidente do BC, é que a inflação em março e nos próximos meses ainda estará sendo “negativamente impactada pela inércia” da disparada de preços no último trimestre de 2010, que elevou o acumulado no ano a 5,91%.

### Commodities

Na audiência da CAE, presidida pela senador Delcídio Amaral (PT-MS), Tombini atribuiu à “trajetória ascendente” dos preços internacionais das *commodities* agrícolas parte da escalada da inflação. Os preços dessas mercadorias, segundo ele, sofreram alguns impactos, como secas e enchentes em importantes produtores e exportadores mundiais, aumento de demanda

nas economias emergentes e ampliação da liquidez financeira internacional, entre outros.

Embora considere “pouco provável” um cenário de redução drástica na produção de petróleo, seguido de forte aumento de preço do produto, o presidente do Banco Central apontou a crise nos países do norte da África e do Oriente Médio como fator que alimenta as incertezas da economia global.

– O fato é que o preço internacional do petróleo subiu consideravelmente desde os primeiros movimentos sociais e políticos nessas regiões. E o atual impacto desses movimentos pode ainda estar sujeito a mais surpresas, caso grandes produtores não consigam nivelar a oferta global, dada as consequências que isso poderia ter sobre os níveis de inflação e o crescimento econômico mundial – afirmou.

### Japão

O terremoto seguido de *tsunami*, no Japão, completa o quadro de incertezas, na avaliação de Tombini. No curto prazo, ele previu uma interrupção momentânea de importantes cadeias de produção, podendo impactar a economia de vários países, em especial do sudeste asiático. Do lado financeiro, alertou para a possibilidade de repatriação de ativos japoneses para ajudar o financiamento da recuperação, com impactos, nesse caso, sobre a evolução das taxas de câmbio.

Nos médio e longo prazos, Tombini previu um esforço de reconstrução e, talvez, mudança da matriz energética local e global. E isso, provavelmente, resultará em novos impactos sobre os preços das *commodities*, principalmente das minerais e

do petróleo.

– A catástrofe no Japão, com seus desdobramentos de curto, médio e longo prazos, amplia as incertezas sobre a recuperação da economia global e a evolução dos preços de importantes ativos, sejam eles *commodities* ou mesmo taxas de câmbio – avaliou.

### Efeitos

Tombini disse que o desafio adicional que se coloca ao Banco Central é analisar os efeitos, no cenário doméstico, desses choques potentes sobre a frágil recuperação da economia internacional. O BC, conforme disse, conduz a política monetária com foco em sua meta, em um cenário de extrema complexidade.

No contexto interno, acrescentou, a resposta adequada é “moderação da atividade”, a fim de que a trajetória de crescimento sustentável seja mantida e os ganhos da estabilidade econômica não sejam desperdiçados.

Tombini disse que o BC identificou outros fatores, além das incertezas internacionais, que pressionaram a inflação no início de 2011. Citou os preços administrados, como tarifas de transportes públicos; preços de alimentos *in natura*, em decorrência das chuvas excessivas; e preços de serviços, como resultado da ampliação da demanda.

Foi nesse contexto, para evitar a contaminação da economia por “pressões pontuais”, que ele defendeu a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central de aumentar a taxa básica de juros em um ponto percentual nas suas duas últimas reuniões. O objetivo, garantiu, foi conduzir a inflação para o centro da meta, de 4,5% ao ano.

### Situação

Reservas internacionais dos países emergentes (% do PIB)

BRASIL	15%
Índia	21%
Coreia do Sul	32%
Rússia	33%
China	49%
Cingapura	105%
Hong Kong	116%

## Reservas altas são seguro na crise, diz Tombini

O presidente do BC respondeu a uma crítica constante à decisão brasileira de supostamente manter elevadas reservas internacionais. Tombini observou que, em tempos de crise, predomina “a aversão ao risco e a fuga para a segurança”, e as reservas funcionam como um seguro.

Na crise internacional de 2008, o Brasil detinha US\$ 205 bilhões, montante que o presidente do Banco Central considerou suficiente para evitar o contágio. O dinheiro foi usado para assegurar aos exportadores a liquidez interrompida bruscamente em âmbito internacional.

Tombini comparou as reservas brasileiras – de US\$ 310 bilhões, ou 15% do produto interno bruto (PIB) – com as de outras economias emergentes (veja o quadro acima).

Por sugestão da senadora Lídice da Mata, comissão vai discutir a questão com as principais partes envolvidas, entre elas a Confederação Brasileira de Futebol, o Clube dos 13 e as principais emissoras de televisão. Data não foi definida

# CE debaterá a compra de direitos de transmissão das partidas de futebol

A AQUISIÇÃO DE direitos de transmissão de jogos de futebol no país será tema de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em data ainda a ser marcada. A comissão aprovou ontem proposta apresentada pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que ressaltou a necessidade de se buscar um novo modelo para as transmissões.

Entre os convidados para a audiência, segundo o requerimento, estão o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira; o presidente do Clube dos 13, Fábio Koff; e representantes de emissoras de televisão aberta. Como diversas outras sugestões de nomes foram apresentadas



Requião preside a reunião da CE: nomes dos convidados para participar da audiência pública deverão ser definidos na próxima semana

durante a reunião, o presidente da comissão, Roberto Requião (PMDB-PR), determinou a votação, na próxima semana, de um adendo ao requerimento, com a inclusão de novos convidados.

A senadora Ana Amélia (PP-RS)

apoiou a iniciativa e propôs a inclusão, entre os convidados, de representantes de agremiações que não integram o Clube dos 13 e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Por sua vez, o senador Alvaro Dias

(PSDB-PR) considerou o debate positivo, por oferecer uma possibilidade de se discutirem os "irrisórios resultados financeiros" do Campeonato Brasileiro, quando comparados aos de países como a Inglaterra.



Ex-senador Lúdio Coelho durante pronunciamento no Senado em 2002

## Waldemir Moka lamenta a morte de Lúdio Coelho

Waldemir Moka (PMDB-MS) manifestou da tribuna sua tristeza pela morte do ex-senador Lúdio Coelho (MS). O parlamentar afirmou que "seu" Lúdio – como era conhecido no estado – sempre foi "uma liderança muito forte" no Mato Grosso do Sul.

Destacando a grande "capacidade de aglutinação" de Lúdio Coelho, o senador disse ter a certeza de que sua grande tristeza pela morte do político é também a tristeza de toda a bancada federal do estado.

### Eficiência

Para Waldemir Moka, Lúdio Coelho foi um dos melhores prefeitos da capital do estado, Campo Grande, tendo sido nomeado para o cargo pelo primeiro governador do Mato Grosso do Sul eleito após a redemocratização do país, Wilson Martins. Em 1989, foi reconduzido à prefeitura da cidade, dessa vez pelo voto direto. Em 1995, elegeu-se para o Senado Federal, cumprindo o mandato até o final de 2003.

Lúdio Coelho morreu ontem em Campo Grande, aos 88 anos, de falência de múltiplos órgãos, segundo noticiário da imprensa local, decorrente de agravamento de um quadro de diabetes e problemas cardíacos.



Senador diz que Lúdio Coelho foi uma liderança muito forte no seu estado

## Santiago pede mais creches em áreas pobres



Wilson Santiago

Wilson Santiago (PMDB-PB) defendeu ontem a ampliação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), criada em 2007. Ele

também sugeriu que o governo federal seja mais flexível, para que estados como a Paraíba tenham atendimento diferenciado pela sua situação de pobreza e consigam ser contemplados com a construção de creches e pré-escolas.

Desde a criação do Proinfância, observou Santiago, poucas escolas foram entregues à população, embora o programa seja importante, tanto que foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

## Vital do Rêgo denuncia paralisação de escolas



Vital do Rêgo

Com base em levantamento do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (Sintep-PB), Vital do Rêgo (PMDB-PB) denunciou a paralisação de cerca de 40% das escolas da rede estadual.

De acordo com o senador, as escolas estão fechadas por motivos que vão da falta de recursos humanos à falta de infraestrutura. Ele disse que diretores eleitos estariam sendo "substituídos por indicações políticas ou não estariam sendo empossados".

Vital do Rêgo acusou o governador do estado, Ricardo Coutinho, de ter descumprido acordos com os profissionais da educação, deixando de fazer o pagamento de progressões horizontais retroativas a janeiro deste ano.

## Mozarildo alerta para faculdades ruins



Mozarildo Cavalcanti

Tomando por base o Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC) referente a 2009, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ontem maior atenção do Ministério da Educação para assegurar a qualidade das

instituições de educação superior. O IGC é um indicador de qualidade que considera cursos de graduação e pós-graduação.

Ele se disse preocupado com o aumento significativo de faculdades privadas sem a necessária qualidade nos cursos oferecidos. Com isso, segundo Mozarildo, o formado chega ao mercado de trabalho despreparado para enfrentar a concorrência e obter uma vaga. O senador lembrou que 699 instituições (39% do total) foram reprovadas em 2009, contra 588 em 2008.

## Dilma sanciona Autoridade Olímpica e veta emenda dos deputados

A presidente Dilma Rousseff sancionou, na segunda-feira, o projeto que criou o consórcio Autoridade Pública Olímpica (APO), destinado a coordenar as ações governamentais para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. O texto, sancionado na forma da Lei 12.396/11, foi aprovado no

Plenário do Senado no dia 1º.

Conforme esperado pelos senadores, a presidente Dilma vetou o artigo 7º da proposta, introduzido por emenda da Câmara dos Deputados, que previa a possibilidade de prorrogação das concessões das empresas comerciais e de serviços que funcionam dentro dos aeroportos

até 2016. A emenda, que poderia favorecer, por exemplo, a empresa que opera as lojas Duty Free dos aeroportos internacionais, foi duramente criticada por senadores do governo e da oposição.

Na justificativa do veto, Dilma afirma que o dispositivo não deixava claro que benefícios

os usuários e a administração pública teriam com a medida. Além disso, a presidente aponta a falta de critérios objetivos para a aplicação da prorrogação.

Com sede no Rio de Janeiro, a APO funcionará até 31 de dezembro de 2018, podendo ter sua operação prorrogada por dois anos.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º vice-presidente:** Marta Suplicy  
**2º vice-presidente:** Wilson Santiago  
**1º secretário:** Cicero Lucena  
**2º secretário:** João Ribeiro  
**3º secretário:** João Vicente Claudino  
**4º secretário:** Ciro Nogueira  
**Suplentes de secretário:** Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Acir Gurgacz • Mozarildo Cavalcanti • Marta Suplicy • Paulo Paim • Inácio Arruda

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino  
**Edição:** Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
**Site:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Editores:** Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
**Reportagem:** Cintia Sasse e Rafael Faria  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333  
**Site:** [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
**Tel.:** 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
**CEP:** 70.165-920

Segundo entidade da ONU ligada à agricultura e à alimentação, pelo menos 1 bilhão de pessoas não tem o que comer, e número tende a crescer

# Alta dos alimentos ameaça ampliar fome no mundo

UM BILHÃO DE pessoas – ou seja, uma em cada seis do planeta – passa fome no mundo e o número poderá aumentar frente à elevação dos preços dos alimentos. O alerta foi feito pelo representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, Hélder Muteia. Ele participou ontem de debate sobre o tema na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Para Hélder Muteia, será necessário um esforço mundial para superar o problema da fome, que afeta de forma mais significativa países da África, da Ásia e parte da população da América Latina.

– Essa situação é uma afronta à nossa condição de seres humanos. Não estamos falando da fome que sentimos antes do almoço ou do jantar. É uma fome que dói e que mata – frisou o representante da FAO.

Aos senadores da CDH, presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), Hélder Muteia afirmou ainda que a alta no preço dos alimentos está chegando ao Brasil, mesmo sendo o país um importante produtor agrícola. Conforme alertou, o quadro mundial deverá piorar em razão da crise de cereais na Europa e do atraso das chuvas nos Estados Unidos, o que prejudicará a produção de milho. Além disso, ele observou que a instabilidade no Oriente Médio afetará o preço do petróleo e, conseqüentemente, o preço dos alimentos.

Como forma de enfrentar o problema, a FAO recomenda medidas para aumentar a produção e a produtividade agrícola, a partir da ampliação do acesso à

terra, à tecnologia, ao crédito e aos mercados. Também defende a eliminação de subsídios que dificultam o comércio entre os países.

Hélder Muteia destacou ainda as políticas de inclusão adotadas no Brasil, cujos resultados, disse, colocam o país em condição de ajudar o mundo na busca de soluções para a erradicação da fome e da miséria.

## Fome no país

No debate, o senador Vicentinho Alves (PR-TO) mencionou preocupação com a situação brasileira e, em especial, com o Tocantins. Segundo ele, cerca de 200 mil pessoas passam fome em seu estado. Ele anunciou que sugerirá à CDH a realização de audiência pública para discutir o problema da fome em áreas quilombolas e indígenas e no sistema prisional.

– Queremos que todos os brasileiros tenham a dignidade humana no requisito básico, que é o direito à alimentação – assinalou.

Ulisses Riedel, presidente da organização não governamental União Planetária, propôs uma mobilização nacional para acabar com a miséria no Brasil. Ele defendeu que o governo adote, à semelhança da Autoridade Pública Olímpica criada para organizar as Olimpíadas, uma autoridade pública para promover a inclusão social.

– É preciso mobilização de toda a sociedade para erradicar a miséria. A presidente Dilma Rousseff, ao assumir o governo, ressaltou que essa não é uma tarefa de um governo, mas de toda a sociedade – disse Riedel.

## “Problema não é produção, mas a falta de acesso”

O problema da fome no mundo não se deve à produção de alimentos, mas à falta de acesso a eles, afirmou ontem o coordenador-geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Milton Rondó Filho, no debate da CDH.

Para Rondó Filho, a quantidade de alimentos produzidos é suficiente para alimentar os seis bilhões de seres humanos, mas cerca de um bilhão passa fome por não ter acesso aos alimentos produzidos.

O Brasil já percebeu esse fato, disse Rondó Filho, e vem diminuindo o número de pessoas que passam fome com a implantação de programas sociais. Citou o programa Bolsa Família, que destina 70% dos seus recursos à compra de alimentos. O Brasil, lembrou, é um dos poucos países que reconhece a alimentação como um direito constitucional.

Rondó Filho propôs a criação de um observatório nacional e internacional para acompanhar a razão do aumento dos preços dos alimentos, segundo ele, o principal responsável pelo aumento da inflação.

## 20 milhões vivem em situação extrema no país

O problema da pobreza no Brasil não está superado, alertou o assessor especial da Secretaria-Geral da Presidência da República Selvino Heck, durante a audiência pública de ontem.

Segundo Heck, apesar de o país não possuir mais pessoas em situação de fome crônica, ainda existem 20 milhões que vivem em extrema pobreza. Ele lembrou que um dos desafios da presidente Dilma é justamente erradicar a pobreza extrema até 2015, conforme estabelecem as metas do milênio da ONU.

A proposta do governo, informou Heck, inclui continuar a ampliar a distribuição de renda; qualificar a oferta de serviços públicos, como acesso à saúde e à educação; e implementar ações de inclusão produtiva, com a criação de emprego e valorização da agricultura familiar; entre outras medidas.

Na avaliação do assessor, os conceitos de pobreza e de extrema pobreza não envolvem apenas os critérios de renda e fome. Para ele, o acesso mínimo a serviços que ofereçam qualidade de vida, como saúde, moradia e educação, também devem ser observados.



Ulisses Riedel (E), Paulo Paim e Selvino Heck, com o representante da FAO, Hélder Muteia: alerta pungente contra a fome

## CDH vai oferecer a Dilma parceria no combate à pobreza

Os senadores da CDH querem se encontrar com Dilma Rousseff para discutir os planos do governo para erradicação da miséria e também oferecer parceria nas ações de combate à fome. A intenção foi anunciada ontem pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

Paim anunciou que será criada uma subcomissão temporária para discutir o combate à pobreza, presidida por Wellington Dias (PT-PI).

No debate, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou uma participação mais efetiva do Congresso Nacional no trabalho de combate à fome e à miséria. Simon lamentou a descontinuidade de programas voltados para a erradicação da pobreza, quando da transição em governos passados.

O senador elogiou as ações de inclusão social realizadas nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e as iniciativas da presidente Dilma Rousseff para a redução da miséria. Ele disse não acreditar, no entanto, que, em sua gestão, Dilma conseguirá acabar com a fome.

– Vai diminuir, mas não vai acabar – opinou.

## Cristovam: “Desigualdade nas escolas é o berço da miséria”

“Ou colocamos a educação como vetor do progresso social, com escola igual para todos, ou não teremos sucesso na erradicação da fome e da miséria”, afirmou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Para ele, a desigualdade entre as escolas onde estudam os filhos dos ricos e onde estudam os filhos dos pobres é o berço da pobreza no país.

“Não acredito que exista no mapa da fome alguém que tenha o segundo grau completo. Se houver, é porque essa pessoa teve algum acidente na sua vida que o desviou, o levou a morar na rua. Senão, não passa fome” disse o parlamentar.

No debate na Comissão de Direitos Humanos, Cristovam lamentou que a valorização da educação como vetor de desenvolvimento encontre resistência nas elites brasileiras, por não quererem “que seus filhos tenham dificuldade de obter boas colocações”.

A senadora Ana Rita (PT-ES) destacou a importância da educação para garantir oportunidades capazes de promover a superação da

pobreza. Ela elogiou a presidente Dilma Rousseff por incluir a educação entre as prioridades de seu governo. A parlamentar lembrou ações da presidente para adequar os critérios de ingresso no programa Bolsa Família e para promover reajuste no valor dos benefícios.

– Bolsa Família e salário digno são medidas fundamentais para que possamos combater a miséria, combater a fome e, automaticamente, enfrentarmos a violência que aflige tantas famílias brasileiras – disse a senadora.

Por sua vez, a senadora Maríno Brito (PSOL-PA) alertou para a situação enfrentada por famílias que moram em torno do polo industrial de Barcarena, no Pará, que vivem em situação de “precariedade absoluta”.

– São várias comunidades, famílias inteiras sem dentes, com pele escamada como se fossem bichos, por conta da poluição e do abandono – disse, ao pedir medidas urgentes do governo federal e do governo do Pará para atender essas famílias – afirmou.



Senadores durante o debate de ontem na CDH: comissão quer ter participação mais efetiva no combate à pobreza

## Jucá espera apoio para MP dos Correios

O Senado deve votar hoje o projeto que converte em lei a medida provisória (MP 509/10) que prorroga até o próximo ano os contratos de franquias da Empresa Brasileira de Cor-

reios e Telégrafos (ECT) ainda não licitados ou questionados na Justiça.

Como o último dia da validade da MP é hoje, ela precisará ser aprovada pelo Plenário sem

emendas, para que não retorne à Câmara e vire lei. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse à Agência Senado que não vê risco de o Plenário rejeitar a proposição.

– Essa MP mexe com 1,4 mil franqueados dos Correios, envolve serviços prestados à população e diz respeito a mais de 20 mil empregos no Brasil. Então, nós vamos aprová-la, sim.

# Comissão aprova o fim das coligações, mas adia decisão sobre sistema eleitoral

Ainda sem consenso, grupo de senadores que elabora anteprojeto da reforma política só vai definir posição em relação ao tema na próxima terça-feira. Distrital misto em lista fechada, proporcional em lista fechada ou “distritão” são as opções

O FIM DAS coligações partidárias nas eleições proporcionais (para deputados federais, estaduais e distritais e para vereadores) foi aprovado por unanimidade ontem pela Comissão Especial Interna da Reforma Política. Dos 18 senadores que falaram durante a reunião, apenas Vicentinho Alves (PR-TO) sugeriu a manutenção das coligações em eleições proporcionais.

Humberto Costa (PT-PE) chegou a classificar esse instituto de “excrecência”. Roberto Requião (PMDB-PR) disse que, nas eleições proporcionais, partidos políticos criam coligações apenas para aumentarem seus tempos de propaganda eleitoral gratuita, instituindo “um mercado paralelo de tempo de televisão”.

Já a discussão sobre sistemas eleitorais foi longa e não obteve consenso, por isso o presidente da comissão, Francisco Dornelles (PP-RJ), adiou a decisão para a próxima terça-feira.

Os senadores vão escolher entre as três propostas mais votadas nesta semana: voto distrital misto em lista fechada; voto proporcional em lista fechada; e o chamado “distritão”. O sistema eleitoral que vigora atualmente é o proporcional de lista aberta, cuja manu-



Humberto Costa (E) e Aécio Neves criticaram, na reunião, as coligações partidárias

tenção foi defendida apenas pelo senador Vicentinho Alves.

## Caronas

Requião opinou que o atual sistema favorece a candidatura de celebridades, como atores, atletas e comediantes, usados pelos partidos para atrair votos, o que acaba elegendo candidatos com votação mínima, que vão de carona nas expressivas votações das personalidades. Ele propõe uma espécie de modelo híbrido, que teria elementos do distritão

e do sistema proporcional de lista fechada, assim o eleitor votaria duas vezes, uma em um candidato e outra em um partido.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu o voto proporcional com uma lista preordenada, aprovada em convenção pelo partido. O senador acredita que isso facilitaria a instituição do financiamento público de campanhas. Luiz Henrique (PMDB-SC) informou que um terço da população brasileira já se acostumou a votar nos partidos (voto na legenda) em

eleições proporcionais. Ele opinou que o sistema político vigente é personalizador e incentiva os eleitores a votarem em pessoas e não em partidos políticos.

Aécio Neves (PSDB-MG) optou pelo voto distrital misto, que, na opinião dele, proporcionaria uma interlocução mais permanente do eleitor com o candidato e valorizaria os partidos. Itamar Franco (PPS-MG) defendeu o distritão e disse que a lista fechada “não é democrática”. Ana Amélia (PP-RS) sugeriu o voto distrital misto em lista aberta.

## Personalismo

Pedro Taques (PDT-MT) defendeu o sistema distrital misto em lista fechada para eleições de deputado federal. Lúcia Vânia (PSDB-GO) escolheu o voto distrital misto em lista fechada, pois, segundo ela, “vai favorecer a participação das mulheres nos pleitos”.

Ana Rita (PT-ES) afirmou que o distritão é um retrocesso e reforça o personalismo e o poder econômico nas eleições. Ela disse apoiar a posição do movimento feminista, ou seja, sistema proporcional “com lista fechada e bloqueada” e garantia de 50% de candidaturas de mulheres.



Para Inácio Arruda, “trata-se de mais uma invasão do império”

## Inácio Arruda: PCdoB é contra ação na Líbia

Inácio Arruda (PCdoB-CE) registrou em discurso a posição contrária de seu partido em relação à intervenção de países ocidentais na Líbia. Ele afirmou que se trata “de mais uma invasão do império, mais um ataque sem proporções”.

Segundo o parlamentar, desde o final da 2ª Guerra Mundial, em 1945, “não houve um ano, um mês nem um dia” em que os Estados Unidos não estivessem em guerra contra alguma nação”.

Apesar de reconhecer a importância de o Brasil manter relações próximas amistosas com os Estados Unidos, Inácio Arruda alertou para a necessidade de os brasileiros saberem que, para os governantes norte-americanos, os interesses deles vêm em primeiro lugar.

## Randolfe critica financiamento privado de campanha eleitoral

Defensor da adoção do financiamento público de campanha eleitoral, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) criticou a “lamentável podridão” do modelo privado.

Para o empresário, disse o senador, o repasse de recursos na campanha “representa uma oportunidade de investimento e, como em todos os bons investimentos, são calculadas as taxas de retorno, a lucratividade no empreendimento e a margem de risco”.

Randolfe citou entrevista de



Randolfe Rodrigues

José Roberto Arruda à revista *Veja*, em que o ex-governador do Distrito Federal, ex-deputado e ex-senador, acusado na Justiça de comandar esquema de corrupção e de crime eleitoral, diz que “jogou o jogo da política brasileira”.

Randolfe destacou trecho em que Arruda afirma que “ninguém se elege pela força das ideias, mas pelo tamanho do bolso” e defendeu a proibição imediata do financiamento privado de campanha.

## Simon torce por ratificação da Lei da Ficha Limpa pelo Supremo hoje

Ao lembrar que o futuro da Lei da Ficha Limpa será decidido hoje em votação do Supremo Tribunal Federal (STF), o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que, embora a questão da ética na política venha sendo discutida há muito tempo, com a apresentação de ideias, sugestões e propostas, sua implementação tem sido difícil por uma série de razões.

– Essa lei veio num momento exato e teve uma repercussão excepcionalmente positiva.



Pedro Simon

Ninguém dava dois centavos pela sua aprovação – disse.

Simon frisou que a ação da sociedade foi vital, pois no Brasil o Congresso, o Supremo ou o Executivo só agem com a pressão da sociedade. Ele lembrou que foi assim ao longo da história, como no caso da derrubada da ditadura e na campanha das Diretas Já, tendo sido assim também na luta pela ética na política.

– O povo conseguiu o que parecia impossível – declarou.

## Seminário discute desestímulo à atividade política entre parlamentares

Parlamentares influentes estão desistindo de concorrer a cargos políticos, disse o diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, no seminário *Desafios do Poder Legislativo*.

Para Queiroz, o desestímulo se deve, sobretudo, ao alto custo das campanhas e às imagens negativas

a que os candidatos são expostos; ao desgaste físico e emocional a que são submetidos os parlamentares; e à dependência dos respectivos líderes. Segundo ele, se a situação continuar, “a atuação parlamentar ficará restrita a pessoas provincianas, aos detentores de corporações ou de máquinas governamentais e a parentes de

políticos conhecidos”.

O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) ressaltou o fato de “não haver tradição em política democrática no Brasil”, devido à ditadura pela qual o país passou. Segundo ele, a crise do parlamento é mundial, mas, “no Brasil, quando se fala em política, fala-se em reforma”.

O cientista político da Universi-

dade Estadual do Rio de Janeiro Fabiano Santos disse que há deputados que se elegem sem compromisso com a Câmara, já visando a outros cargos, de maior poder. A socióloga Débora Messenberg, da Universidade de Brasília (UnB), abordou pesquisa em andamento sobre a existência do “baixo e do alto clero” no Parlamento.

## Suplicy pede apoio ao cessar-fogo na Líbia

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento de voto de solidariedade e apoio à posição do Brasil em prol de um cessar-fogo na Líbia. O parlamentar afirmou ter considerado “muito positiva” a nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil na qual o governo brasileiro lamenta a perda de vidas causadas pelos conflitos em curso naquele país e pede imediato cessar-fogo.

Suplicy pediu o apoio dos demais senadores ao requerimento, que apresentou também em nome do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

O senador disse que o texto pode ser melhorado por sugestões de seus colegas.